



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

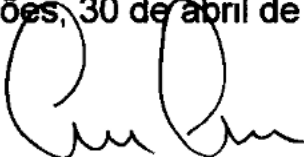
Redação Final ao Projeto Lei nº 354/2013



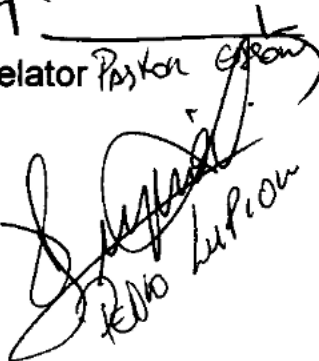
Declara de Utilidade Pública o Instituto de Convivência Incluir – ICI, com sede no Município de Campo Magro e foro no Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Instituto de Convivência Incluir – ICI, com sede no Município de Campo Magro e foro no Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator Pastor

Edio Lufion



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.
Em, 25 FEV. 2014
[Signature]
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 58 /2014

Altera a Lei nº 9.973, de 21 de maio de 1992, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.973, de 21 de maio de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do Caiuá, com sede no Município de São João do Caiuá e foro no Município de Alto Paraná”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 17.935, de 10 de janeiro de 2014.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

[Signature]
Deputado CAIO QUINTANA
Presidente

[Signature]
Deputado PEDRO LUPION
Relator

[Signature]
Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

[Signature]
Deputado TADEU VENERI
Membro

[Signature]
Deputado TERCILIO TURINI
Membro

[Signature]
Deputado ANDRE BUENO
Membro

[Signature]
Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 58/2014

Projeto de Lei nº. 58/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto

Súmula: Altera a Lei nº 9.973/1992.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 9.973/1992 - ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE" PARA "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ" - POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 9.973/1992. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na cidade de São João do Caiuá.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE," para "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do Caiuá", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 12 de Março de 2014.

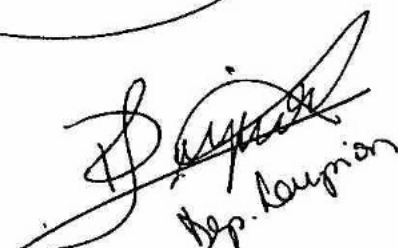

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
PRESIDENTE

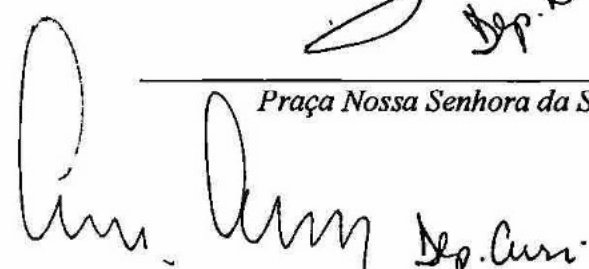

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Góes


Dep. Quinteiro


Dep. Truini


Dep. Laurion


Dep. Curi

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

12.3.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº 01
DAP 01 ABR 2014
Alauais

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 58/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresento-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 58/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 9.973, de 21 de maio de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do Caiuá, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Alto Paraná.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do Caiuá, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Alto Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 1º de abril de 2014.

Deputado Caíto Quintana
Presidente

Deputado Pedro Lupion
Relator

Deputada Cantora Mara Lima
Membro

Deputado Tadeu Veneri
Membro

Deputado Tercílio Turini
Membro

Deputado André Bueno
Membro

Deputado Anibelli Neto
Membro

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 9.973, de 21 de maio de 1992, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 58/2014

Projeto de Lei nº 58/2014

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

Súmula: Altera a Lei nº 9.973, de 21 de maio de 1992, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 9.973, de 21 de maio de 1992.

Ocorre que, em data de 01 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

APROVADO

14/04/14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 FEV. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 60 /2014

Altera a Lei nº 12.473, de 20 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.473, de 20 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz de Monte Castelo, com sede no Município de Santa Cruz de Monte Castelo e foro no Município de Loanda”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 17.927, de 10 de janeiro de 2014.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**
Presidente

Deputado **PEDRO LUPION**
Relator

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
Membro

Deputado **TADEU VENERI**
Membro

Deputado **TERCÍLIO TURINI**
Membro

Deputado **ANDRÉ BUENO**
Membro

Deputado **ANIBELLI NETO**
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 60/2014

Projeto de Lei nº. 60/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto

Súmula: Altera a Lei nº 12.473/1999.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.473/1999 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE" PARA "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO" – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 12.473/1999. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz de Monte Castelo – APAE, com sede e foro no Município de Santa Cruz do Monte Castelo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE," para "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz de Monte Castelo", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 12 de Março de 2014.


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Caio


Dep. Quinteiro

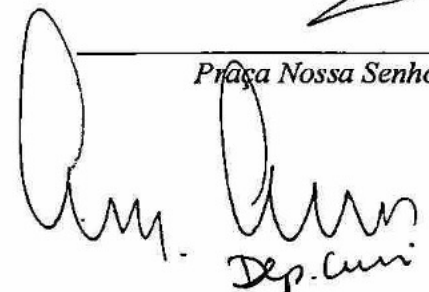

Dep. Tadeu


Dep. Sampaio

Prça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

12.3.14


Dep. Curi



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº 01

DAP 01 ABR. 2014

Visto Paraná Claudio

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 60/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 60/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 12.473, de 20 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz de Monte Castelo, com sede no Município de Santa Cruz de Monte Castelo e foro no Município de Loanda.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz de Monte Castelo, com sede no Município de Santa Cruz de Monte Castelo e foro no Município de Loanda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 1º de abril de 2014.

Deputado Caio Quintana
Presidente

Deputado Pedro Lupion
Relator

Deputada Cantora Mara Lima
Membro

Deputado Vadeu Veneri
Membro

Deputado Tercilio Turini
Membro

Deputado Andre Bueno
Membro

Deputado Anibelli Neto
Membro

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 12.473, de 20 de janeiro de 1999, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

15:15 01/04/2014 00:1497 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 60/2014

Projeto de Lei nº 60/2014

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

Súmula: Altera a Lei nº 12.473, de 20 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 12.473, de 20 de janeiro de 1999.

Ocorre que, em data de 01 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



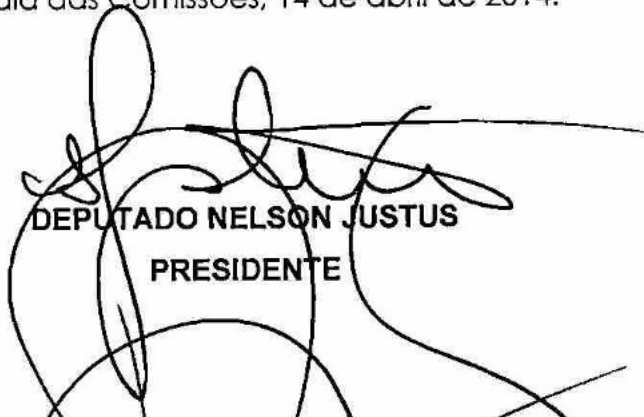
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

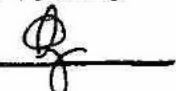
Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR




APROVADO

14/04/14 

Praça Nossa Senhora da Sáfete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Neu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 25 FEV. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 62 /2014

Altera a Lei nº 12.413, de 30 de dezembro de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.413, de 30 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Roncador, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Iretama”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 17.938, de 10 de janeiro de 2014.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 62/2014

Projeto de Lei nº. 62/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto

Súmula: Altera a Lei nº 12.413/1998.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.413/1998 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE " PARA "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RONCADOR" – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 12.413/1998. Súmula: Declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE", com sede e foro no município de Roncador.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE," para "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Roncador", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

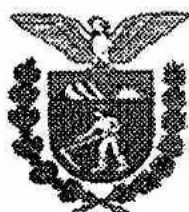
Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

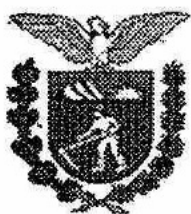


Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



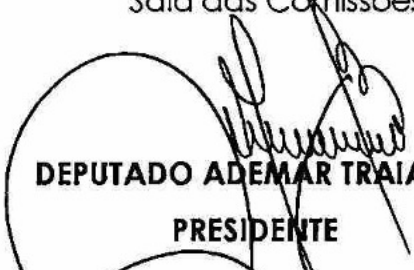
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



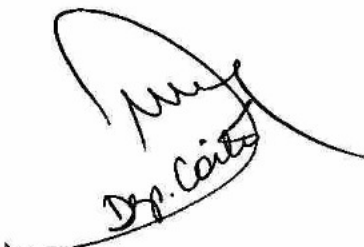
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 12 de Março de 2014.


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Coito


Dep. Quinteiro

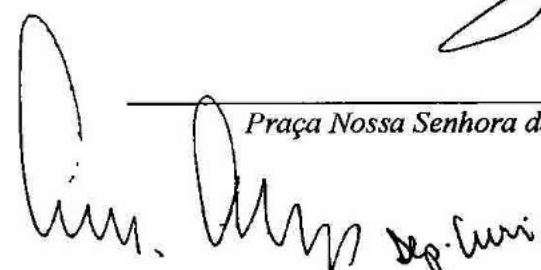

Dep. Leupion


Dep. Tadeu

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

12.3.14


Dep. Luri



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº 01
DAP 01 ABR 2014
Visto Handis

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 62/2014

DAR

Fls. 18

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 62/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 12.413, de 30 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Roncador, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Iretama.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Roncador, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Iretama.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 1º de abril de 2014.

Deputado Caíto Quintana
Presidente

Deputado Pedro Lupion
Relator

Deputada Cantora Mara Lima
Membro

Deputado Tadeu Veneri
Membro

Deputado Tércio Turini
Membro

Deputado Andre Bueno
Membro

Deputado Anibelli Neto
Membro

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 12.413, de 30 de dezembro de 1998, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 62/2014

Projeto de Lei nº 62/2014

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

Súmula: Altera a Lei nº 12.413, de 30 de dezembro de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 12.413, de 30 de dezembro de 1998.

Ocorre que, em data de 01 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



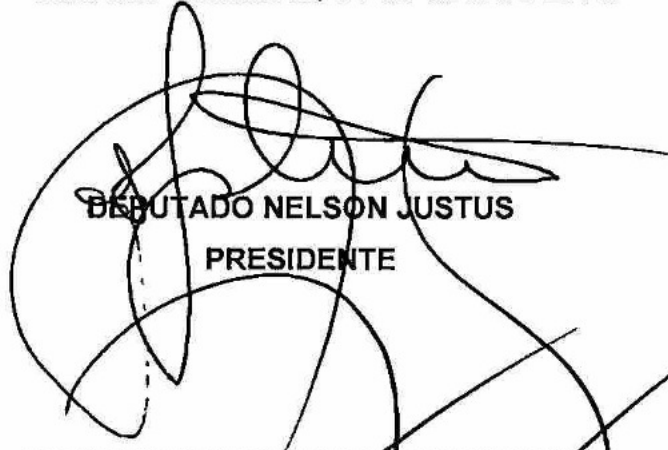
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR




APROVADO

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Nelson



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 25 FEV. 2014
marito
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 72 /2014

Altera a Lei nº 14.824, de 29 de agosto de 2005, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.824, de 29 de agosto de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itambé, com sede no Município de Itambé e foro no Município de Marialva".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 17.921, de 10 de janeiro de 2014.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

[Assinatura]
Deputado CARLO QUINTANA
Presidente

[Assinatura]
Deputado PEDRO LUPION
Relator

[Assinatura]
Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

[Assinatura]
Deputado TADEU VENERI
Membro

[Assinatura]
Deputado TERCILIO TURINI
Membro

[Assinatura]
Deputado ANDRÉ BUENO
Membro

[Assinatura]
Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 72/2014

Projeto de Lei nº. 72/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto

Súmula: Altera a Lei nº 14.824, de 29 de agosto de 2005, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 14.824/2005 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAMBÉ, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ E FORO NO MUNICÍPIO DE MARIALVA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, têm por objetivo alterar a denominação, a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



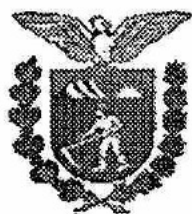
Lei 14.824/2005. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com sede e foro no Município de Itambé.

O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com sede e foro no Município de Itambé," para "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itambé, com sede no Município de Itambé e foro no Município de Marialva", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



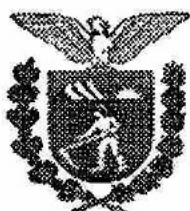
Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de Março de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

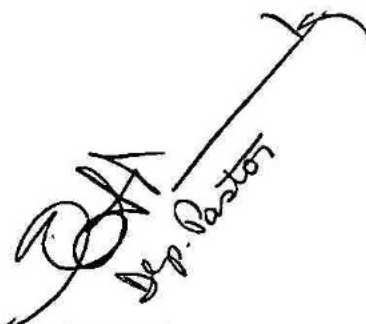

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Fernando

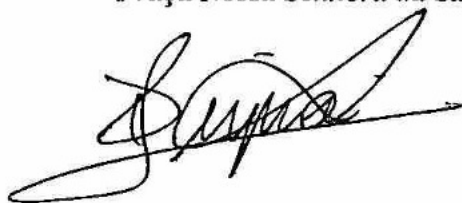

Dep. Aníbal


Dep. Paulo


Dep. Turiani


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



APROVADO

18.03.14

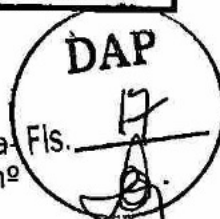


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº 01
DAP 31 MAR. 2014
Visto laudis

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 72/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 72/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:



Art. 1º A Lei nº 14.824, de 29 de agosto de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itambé, com sede no Município de Itambé e foro no Município de Marialva.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itambé, com sede no Município de Itambé e foro no Município de Marialva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 31 de março de 2014.

Deputado Caíto Quintana
Presidente

Deputada Cantora Mara Lima
Membro

Deputado Tercílio Turini
Membro

Deputado Anibelli Neto
Membro

Deputado Pedro Lupion
Relator

Deputado Tadeu Veneri
Membro

Deputado Andre Bueno
Membro

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 14.824, de 29 de agosto de 2005, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 72/2014

Projeto de Lei nº 72/2014

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

Súmula: Altera a Lei nº 14.824, de 29 de agosto de 2005, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, tem por objetivo alterar a Lei nº 14.824, de 29 de agosto de 2005.

Ocorre que, em data de 31 de março de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



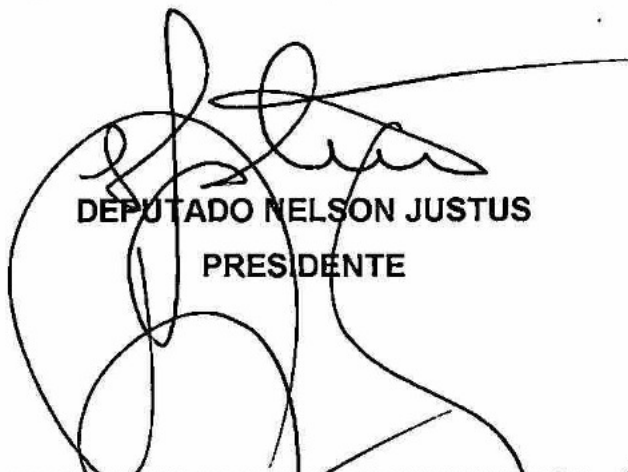
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Venício

Dep. Tacu

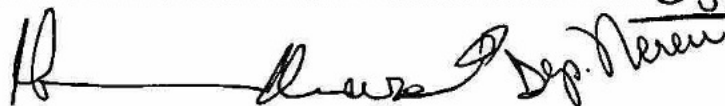

Dep. Pauli

Dep. Calvi


Dep. Depion

APROVADO

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba


Dep. Nereu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 25 FEV. 2014

Procurador
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 74 /2014

Altera a Lei nº 6.201, de 12 de julho de 1971, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 6.201, de 12 de julho de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo de Jandaia do Sul, com sede e foro no Município de Jandaia do Sul".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Caio Quintana
Deputado CAIO QUINTANA
Presidente

Pedro Lupion
Deputado PEDRO LUPION
Relator

Cantora Mara Lima
Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Tadeu Veneri
Deputado TADEU VENERI
Membro

Tercilio Turini
Deputado TERCILIO TURINI
Membro

André Bueno
Deputado ANDRÉ BUENO
Membro

Anibelli Neto
Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 74/2014

Projeto de Lei nº. 74/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto

Súmula: Altera a Lei nº 6.201, de 12 de julho de 1971, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.201/1971 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO – CONSELHO PARTICULAR, DE JANDAIA DO SUL” PARA “ASILO SÃO VICENTE DE PAULO DE JANDAIA DO SUL, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, têm por objetivo alterar a denominação, a sede e o foro da entidade declarada de Utilidade Pública conforme Lei:

Lei 6.201/1971. Súmula: Declara como Utilidade Pública, a Sociedade São Vicente de Paulo – Conselho Particular, de Jandaia do Sul.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Sociedade São Vicente de Paulo – Conselho Particular, de Jandaia do Sul" para "Asilo São Vicente de Paulo de Jandaia do Sul, com sede e foro no Município de Jandaia do Sul", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



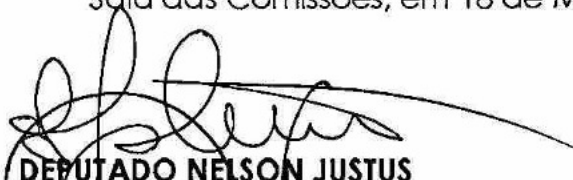
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de Março de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

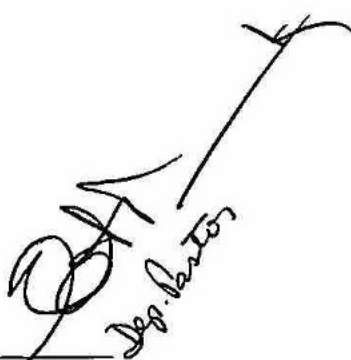

Dep. Fernando


Dep. Aurim


Dep. Aurim



Dep. Aurim


Dep. Aurim


Dep. Aurim

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

18.03.14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº 01

DAP

31 MAR 2014

Visto

Maudia

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 74/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 74/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 6.201, de 12 de julho de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo de Jandaia do Sul, com sede e foro no Município de Jandaia do Sul.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo de Jandaia do Sul, com sede e foro no Município de Jandaia do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 31 de março de 2014.

Deputado Caíto Quintana
Presidente

Deputado Pedro Lupion
Relator

Deputada Cantora Mara Lima
Membro

Deputado Tadeu Veneri
Membro

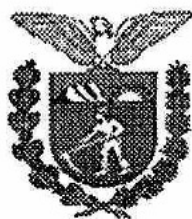
Deputado Tercílio Turini
Membro

Deputado Andre Bueno
Membro

Deputado Anibelli Neto
Membro

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 6.201, de 12 de julho de 1971, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 74/2014

Projeto de Lei nº 74/2014

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

Súmula: Altera a Lei nº 6.201, de 12 de julho de 1971, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, tem por objetivo alterar a Lei nº 6.201, de 12 de julho de 1971.

Ocorre que, em data de 31 de março de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Turini

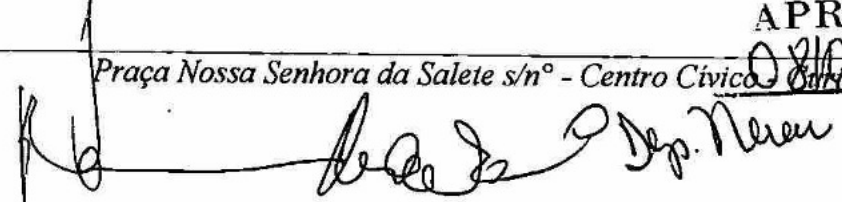

Dep. Toledo


Dep. Sampaio


Dep. Carlos

APROVADO

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico


Dep. Nereu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 25 FEV. 2014

Marcelo
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 76 /2014

Altera a Lei nº 7.971, de 30 de novembro de 1984, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.971, de 30 de novembro de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Instituto Roberto Miranda - IRM, com sede e foro no Município de Londrina".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

[Assinatura]
Deputado CAITO QUINTANA
Presidente

[Assinatura]
Deputado PEDRO LUPION
Relator

[Assinatura]
Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

[Assinatura]
Deputado TADEU VENERI
Membro

[Assinatura]
Deputado TERCÍLIO TURINI
Membro

[Assinatura]
Deputado ANDRÉ BUENO
Membro

[Assinatura]
Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 76/2014

Projeto de Lei nº. 76/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto

Súmula: Altera a Lei nº 7.971, de 30 de novembro de 1984, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.971/1984 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “INSTITUTO LONDRINENSE DE INSTRUÇÃO E TRABALHO PARA CEGOS” PARA “INSTITUTO ROBERTA MIRANDA - IRM” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 7.971/1984. Súmula: Declara como Utilidade Pública o Instituto Roberta Miranda – IRM, com sede e foro no Município de Londrina.

O projeto pretende modificar a denominação do "INSTITUTO LONDRINENSE DE INSTRUÇÃO E TRABALHO PARA CEGOS" para "Instituto Roberta Miranda – IRM", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



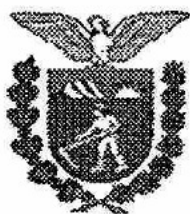
Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de Março de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

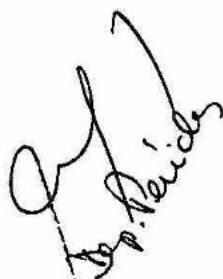
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

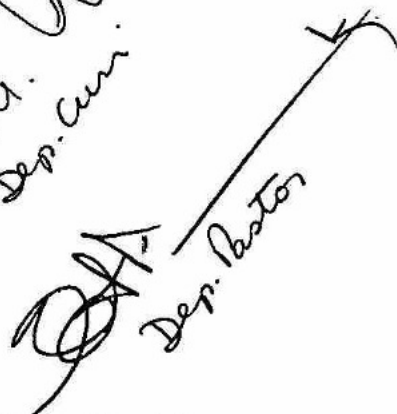
RELATOR


Dep. Tenreiro

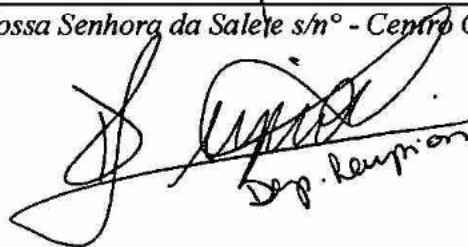

Dep. Tucini


Dep. Reichs


Dep. Curi


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Kempner

APROVADO.

18.03.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº 01

DAP 31 MAR 2014

Visto

Alencar

DAP

Fls.

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 76/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 76/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 7.971, de 30 de novembro de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública o Instituto Roberto Miranda - IRM, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Instituto Roberto Miranda - IRM, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 31 de março de 2014.

Deputado Caíto Quintana
Presidente

Deputada Cantora Mara Lima
Membro

Deputado Tércio Turini
Membro

Deputado Anibelli Neto
Membro

Deputado Pedro Lupion
Relator

Deputado Tadeu Veneri
Membro

Deputado Andre Bueno
Membro

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 7.971, de 30 de novembro de 1984, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA DE PLÊNÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 76/2014

Projeto de Lei nº 76/2014

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

Súmula: Altera a Lei nº 7.971, de 30 de novembro de 1984, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, tem por objetivo alterar a Lei nº 7.971, de 30 de novembro de 1984, de concessão de Título de Utilidade Pública.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, em data de 31 de março de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



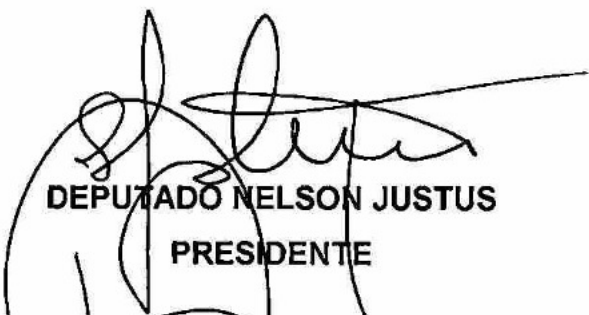
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2014.

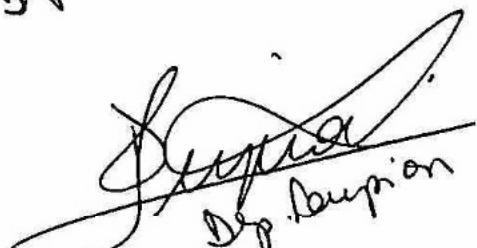

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Trucini


Dep. Carlos

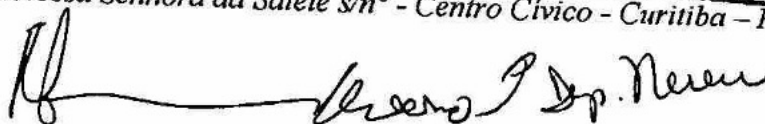

Dep. Tadeu


Dep. Duplignon

APROVADO

08/04/14

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Nereu



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
2013



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 09 JUL. 2013
Paranhos
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº. 292/13

SÚMULA: Obriga os Postos de Combustíveis a informar se a gasolina comercializada é Formulada ou Refinada.

Art. 1º Ficam os Postos de Combustíveis que atuem no âmbito territorial do Estado do Paraná obrigados a informar ao consumidor, se a gasolina comercializada é Formulada ou Refinada.

§1 Para efeitos desta Lei, considera-se como Gasolina Refinada aquela completamente isenta de substâncias nocivas contidas no petróleo cru eliminadas pelo processo da refinação.

§2 Para efeitos desta Lei, considera-se como Gasolina Formulada aquela composta de resíduos de destilação petroquímicos adicionados de solventes, com qualidade inferior à gasolina refinada.

§3 A informação de que trata o caput deste artigo, deverá ser veiculada em cartaz, banner ou outro meio, em local visível, acessível a todos os consumidores que adentrarem ao posto, com fonte e tamanho que possibilite aos mesmos sua identificação.

§4 Os preços de venda deverão ser discriminados separadamente para cada tipo de gasolina.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor 30 dias após sua data de publicação.

Sala das Sessões, 09 de Julho de 2013.

Paranhos
PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
2013



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

PROJETO DE LEI Nº.

SÚMULA: Obriga os Postos de Combustíveis a informar se a gasolina comercializada é Formulada ou Refinada.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, o número de veículos que circulam todos os dias pelas ruas é grande e o combustível utilizado, na maioria deles, é a gasolina. Porém, algumas polêmicas surgiram em torno de um dos tipos deste combustível desde que algumas empresas, com autorização da Agência Nacional de Petróleo, passaram a produzir gasolina formulada. As polêmicas envolvem qualidade, preço, desempenho etc.

O problema da gasolina formulada é a queima, pois como é mais leve e tem maior facilidade de explosão o consumo pode se tornar maior, o que explica a insatisfação de muitos consumidores do produto. "O que os especialistas dizem, é que uma boa gasolina formulada rende de 10 a 15% a menos que o produto refinado, justamente por ser um produto mais leve", explica Roberto Fregoso, presidente do Sindicombustíveis do Paraná.

Essa gasolina custa cerca de R\$ 0,20 (vinte centavos) menos que o preço da gasolina comum e, apesar de estar em conformidade com as normas da ANP, ela não é a melhor opção para o condutor de veículo.

De acordo com a revista Combustíveis & Conveniência do mês de maio de 2012, a química Sonia Bárbara Barczewski, gerente-técnica do laboratório do Cefet/MG, afirmou que a gasolina formulada é produzida por "resíduos de destilação petroquímica com adição de solvente" e ainda confirmou que a qualidade desse tipo de gasolina é inferior à refinada pela Petrobrás.

Devido à forma com que o combustível é produzido – através de resíduos sólidos do petróleo –, e por ter uma massa menor que a da gasolina comum, a formulada acaba sendo mais volátil, sendo consumida mais rapidamente pelo veículo.

Claro que abastecer o carro com gasolina formulada ou comum é uma escolha do cliente, já que, como dito anteriormente, a venda da gasolina formulada é permitida. O problema é que muitos postos agem de má fé e vendem a gasolina formulada pelo preço da gasolina comum, mas sem que os clientes saibam, fazendo com que eles paguem por um produto, mas recebam outro que rende bem menos e não custa tanto quanto o valor pago.

Deste modo, com a devida preocupação ao tema proposto, com ênfase na defesa dos interesses dos consumidores, o deputado que o presente vos subscreve, solicita o apoio ao presente projeto de Lei que obriga os postos de combustíveis a informar se sua gasolina é formulada ou refinada. Por fim, acreditamos que esta medida, norteará a decisão na hora de abastecer o veículo de modo justo e transparente.

PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

PARECER AO RECURSO DO PROJETO DE LEI Nº 292/13

Projeto de Lei nº 292/13

Autor: Dep. Paranhos

Súmula: Obriga os Postos de Combustíveis a informar se a gasolina comercializada é Formulada ou Refinada.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. PRODUÇÃO E CONSUMO. PROTEÇÃO E DEFESA DOS CONSUMIDORES DE COMBUSTÍVEIS DO ESTADO DO PARANÁ. PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA LEGISLATIVA AFERIDA. ARTS. 24 E 145 CF. ARTS. 13, 65 E 207 DA CE. ARTS. 6º E 55 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. PARECER TÉCNICO DA SEJU PELA APROVAÇÃO. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de iniciativa do Deputado Paranhos objetiva a proteção e defesa do Princípio da Informação aos consumidores de combustíveis do Estado do Paraná, na forma que especifica.

Para melhor análise, o presente projeto foi encaminhado em Diligência ao Poder Executivo, que respondeu com Informação 363/2013 – NJA/SEJU, no sentido de aferir a legalidade e constitucionalidade do projeto ora estudado.

VISTA EM 10/09/2013

Pedro Lupatini

Placa: Rua Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911
Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170
Site: www.hermasbrandaojr.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

Analisando o contido em parecer do Poder Executivo, não merece qualquer reparo as análises feitas, motivo pelo qual, a manifestação ora apresentada é também pela legalidade e constitucionalidade do projeto em comento.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre produção, consumo e responsabilidade por dano ao consumidor, conforme o artigo 24, incisos V e VIII, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Grifamos)

Simetricamente temos positivado na Constituição do Estado do Paraná:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

V - produção e consumo;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Grifamos)

Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: www.hermasbrandaojr.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (Grifamos)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais e legais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2013.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR

APROVADO

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Dep. Pedro
Lupion
12/09/13

Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: www.hermasbrandaojr.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

Podemos constatar, que a proteção ao consumidor está ligada diretamente à possibilidade legislativa concorrente sobre Produção e Consumo.

Ainda, a Constituição Estadual dispõe que o Estado, por lei e ação integrada com a União, Municípios e a sociedade, promoverá a defesa dos direitos sociais do consumidor, através de sua conscientização, da prevenção e responsabilização por danos a ele causados:

Art. 145. O Estado, por lei e ação integrada com a União, Municípios e a sociedade, promoverá a defesa dos direitos sociais do consumidor, através de sua conscientização, da prevenção e responsabilização por danos a ele causados, democratizando a fruição de bens e serviços essenciais.

Destarte, o Código de Defesa do Consumidor em seu artigo 55 aduz que a União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, distribuição e consumo de produtos:

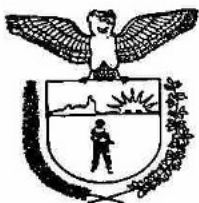
Art. 55. A União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.

Assim, a legalidade do projeto em comento encontra amparo também no artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor, vejamos:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 292/2013

Súmula: Obriga os postos de combustíveis a informar se a gasolina é formulada ou refinada.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 292/2013, de autoria do Deputado Paranhos, que obriga os postos de combustíveis a informar se a gasolina é formulada ou refinada.

Em observação ao art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se em relação Projeto de Lei em tela.

Uma vez apresentado o Projeto de Lei, obedecendo a previsão regimental, o mesmo foi encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão para sua análise, recebendo parecer favorável.

Sendo então encaminhado a Comissão de Indústria e Comércio, cabendo a este parlamentar a relatoria.

FUNDAMENTAÇÃO

Conforme já mencionado no relatório do presente parecer, a proposição em análise objetiva a obrigar os postos de combustíveis a informar se a gasolina é formulada ou refinada.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa






Do ponto de vista desta Comissão, podemos considerar que a proposta é relevante visando então proporcionar ao consumidor, o direito de saber qual produto realmente está adquirindo, podendo optar por aquele que acredita ter mais qualidade, estando ciente da diferença de preço, bem como da composição de uma ou outra, é que se dá o presente Projeto de Lei, em que os estabelecimentos comerciais, deverão a partir do momento em que a mesma entrar em vigor, informar aos seus clientes, as especificações do produto comercializado por estar presente o interesse da população como consumidor de serviços.

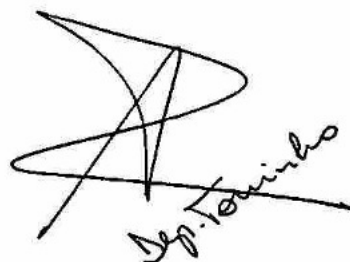
CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei 292/2013.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2013.


Deputado André Bueno
Presidente


Deputado Carlo Quintana
Relator

Deputado Nelson Jorica


Deputado Torrinho



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR sobre o Projeto de Lei nº 292/2013 de autoria do Deputado Paranhos que *OBRIGA OS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS A INFORMAR SE A GASOLINA COMERCIALIZADA É FORMULADA OU REFINADA.*

Relator: Deputado **PEDRO LUPION**

I- RELATÓRIO.

Veio a esta Comissão de Direito de Defesa do Consumidor o Projeto de Lei (PL) nº 292/2013, de autoria do Deputado PARANHOS, que *Obriga os postos de combustíveis a informar se a gasolina comercializada é formulada ou refinada.*

Conforme mencionado na inclusa justificativa o PL, a frota de veículos brasileira vem crescendo paulatinamente e, via de regra, esses automóveis se utilizam da gasolina. Ainda, que após a Agência Nacional de Petróleo (ANP) autorizou a produção de gasolina formulada, gerou-se certa polêmica acerca dos tipos e qualidades dos combustíveis comercializados no território nacional.

O autor aduz que o grande problema da gasolina formulada é a combustão, considerando que se trata de um produto mais leve, que por sua vez apresenta uma maior facilidade de explosão, o que em tese pode gerar um aumento no consumo do combustível.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



Na continuidade, menciona que a gasolina formulada é comercializada, pelas distribuidoras de combustíveis com os postos por valores aproximadamente menores do que a gasolina refinada. Em contra partida, os valores praticados pelos estabelecimentos de postos de combustíveis praticam os mesmos valores em relação aos dois tipos de gasolina, não havendo qualquer informação acerca da qualidade da gasolina.

Por fim, traz informações acerca da produção e qualidade dos combustíveis, a forma de produção e a comparação de gastos e valores.

Uma vez lida e apoiada em plenário a proposição foi encaminhada para a Comissão de Constituição e Justiça, nos termos regimentais, na qual recebeu parecer pela aprovação.

O PL recebeu parecer favorável também na Comissão de Indústria e Comércio, sendo então encaminhado a essa Comissão de Defesa do Consumidor, para exarar parecer acerca do mérito da proposição, sendo designado o Parlamentar que ora subscreve como relator da matéria.

É O RELATÓRIO.

II – DA ANÁLISE E VOTO

Em um primeiro momento se consigne que todos os aspectos formais da presente proposição foram devidamente avaliados pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo devidamente realizado o controle de constitucionalidade preventivo¹, não havendo necessidade de tecer maiores comentários.

¹ Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, destaca-se o posicionamento de Pedro LANZA, o qual menciona que: 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua constitucionalidade'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



Conforme já mencionado no relatório do presente parecer, o Projeto de Lei em análise objetiva os estabelecimentos que comercializam combustíveis a manter em suas dependências avisos ao consumidor informando se a gasolina comercializada naquele posto é refinada ou formulada.

Desta maneira, em consonância ao artigo 33-P² do Regimento Interno desta Casa Legislativa, considerando a matéria versada na proposição em apreço, é de competência desta Comissão temática a sua análise, uma vez que resguarda o Direito do consumidor e do próprio fornecedor, buscando prestar maior informação ao cidadão acerca da qualidade do produto adquirido.

A iniciativa é meritória, considerando que as razões expostas pelo autor da proposição coadunam não apenas com o interesse público, mas busca dar uma maior transparência na relação consumeirista que busca regulamentar.

Com efeito recordar que o próprio Código de Defesa do Consumidor determina em seu artigo 6º, inciso III, a obrigatoriedade do prestador de serviço e/ou do fornecedor em prestar as devidas informações acerca dos produtos comercializados, inclusive em relação a qualidade do produto, senão vejamos:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

[...]

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (grifo meu)

Cumpra-me fazer algumas ponderações acerca da Portaria vigente sobre o tema, em principal sobre a autorização de produção e venda da gasolina formulada.

Em sucinta pesquisa constatai que este novo produto atende as especificações da Agência Nacional do Petróleo, a ANP, que estabelece na Portaria 307 de 27 de

² Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.



Dezembro de 2001, em seu artigo 3º, que formuladores de gasolinas automotivas, têm a permissão de realizar a composição química, bem como comercializa-la, desde que mantenham sobre a sua guarda pelo prazo mínimo de dois meses a contar da data de comercialização do produto, uma amostra-testemunha do produto, armazenado em embalagem cor âmbar de um litro de capacidade, fechadas com batoque e tampa inviolável, mantida em temperatura igual ou inferior a 18º C, e acompanhada por Certificado de Qualidade, que deverá ser firmado pelo químico responsável pelas análises laboratoriais efetivadas.

A Portaria estabelece ainda, ser permitida a adição de álcool etílico anidro, bem como de corantes, na fórmula, desde que em quantidade mencionada em legislação específica.

Porém, inobstante a sua comercialização ser permitida, os consumidores não tem acesso a informações a respeito do produto que estão adquirindo, e conforme demonstrado em testes realizados em laboratórios, revelaram que a gasolina “formulada” vendida nos postos, apresentam diferenças em sua composição em relação à gasolina refinada. Os resultados apontaram que, além de menor massa, a gasolina formulada também se mostrou mais volátil, comprovadamente inferior em rendimento e também na qualidade. Com isso, supõe-se que seu consumo seja maior, e por isto sendo necessário que o consumidor tenha acesso a essas informações.³

De um modo geral, balizo como positiva a matéria proposta.

Porém, da leitura integral do texto da proposição verifica-se que não há a cominação de qualquer sanção aos estabelecimentos que descumprirem a determinação nela contida, e neste contexto a aprovação da proposta na forma como apresentada se torna inócua.

³ Fonte da pesquisa: Revista Combustível & Conveniência, Ed maio/2012, p. 40



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



No mesmo sentido, entende-se necessário que o Poder Executivo deverá regulamentar a legislação no sentido de determinar e/ou atribuir a fiscalização a determinado órgão, conforme o seu campo de atuação.

Assim, nos termos do artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, apresento o incluso substitutivo geral, com a finalidade de aprimorar a presente proposição.

Em relação a tempestividade de se apresentar do referido substitutivo, ou seja, em sede desta Comissão, tem-se o artigo 141 do Regimento Interno, o qual menciona:

*Art. 141 As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:
[...]*

II - nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3º deste Regimento.

[...] (Grifo meu)

Ainda, no mesmo sentido, se deve ater ao contido no artigo 51, §3º do Regimento Interno, o qual prevê:

'Art. 51 O membro da comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito.

[...]

§ 3º Logo após o parecer do Relator, ou mesmo antes de sua leitura desde que em Pauta, qualquer dos membros da comissão, assim como qualquer Deputado poderá encaminhar emenda ao Projeto.' (grifo meu)

Desta forma, entendo pela aprovação do Projeto de Lei em apreço, na forma do incluso substitutivo.

É O VOTO.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



III – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 292/2013, de autoria do DEPUTADO PARANHOS, na forma do **SUBSTITUTIVO GERAL**, ora apresentado.

Sala das Comissões, 26 de NOVEMBRO de 2013.

Deputado ADELINO RIBEIRO
Presidente em exercício

Deputado PEDRO LUPION
Relator
DEP. ANÍBELLI NETO
DEP. TOSINHO
WANDSCHEER
DEP. PARANHOS



SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 292/2013

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, §2º do Regimento Interno desta Casa e com o objetivo de aprimorar o presente projeto de lei, fica alterada a sua redação conforme o seguinte substitutivo geral:

“Obriga os Postos de Combustíveis a informar se a gasolina comercializada é Formulada ou Refinada

Art. 1º. Ficam os postos de combustíveis que atuem no âmbito territorial do Estado do Paraná obrigados a informar ao consumidor, se a gasolina comercializada é formulada ou refinada.

§1º. Para efeitos desta Lei, considera-se como gasolina refinada aquela completamente isenta de substâncias nocivas contidas no petróleo cru eliminadas pelo processo de refinção.

§2º. Para efeitos desta Lei, considera-se como gasolina formulada aquela composta de resíduos de destilação petroquímicos adicionados de solventes, com qualidade inferior à gasolina refinada.

Art. 2º. A informação de que trata o artigo 1º desta Lei, deverá ser veiculada em cartaz, banner ou outro meio, em local visível a todos os consumidores que adentrarem ao posto, com fonte e tamanho que possibilite aos mesmos sua identificação.

Art. 3º Os preços de venda deverão ser discriminados separadamente para cada tipo de gasolina.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



Art. 4º O descumprimento do que determina o artigo 1º desta Lei, sujeitará ao infrator a multa pecuniária correspondente à 40 (quarenta) UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná).

Parágrafo único. Em caso de reincidência do estabelecimento comercial, aplicar-se a sanção correspondente a 50 (cinquenta) UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal).

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que se fizer pertinente.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.”

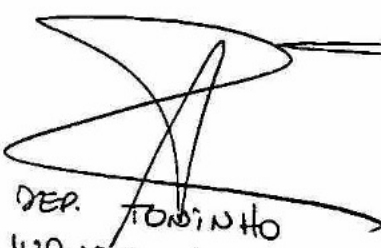
Sala das Comissões, 26 de NOVEMBRO de 2013

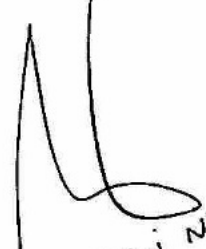

Deputado PEDRO LUPION

Relator/ Autor do Substitutivo Geral.


Deputado ADELINO RIBEIRO

Presidente em exercício.


DEP. TOMAZ
WANDSCHEER


DEP. ANÍBAL NETO


DEP. ANÍBAL NETO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



JUSTIFICATIVA

Conforme já constou no incluso parecer, no intuito de aprimorar o presente Projeto de Lei apresenta-se o presente substitutivo geral, nos termos regimentais.

Inicialmente, a redação do §3º do artigo 1º passou a ser tratado em artigo próprio para melhor disposição dos assuntos abordados na legislação, assim como se passou o §4º do artigo 1º para o artigo 3º.

Acrescentou-se o artigo 4º, aonde fora cominada a sanção para o estabelecimento comercial que não cumprir a determinação de afixar em lugar visível as informações sobre a qualidade e/ou forma de produção da gasolina comercializada.

Tal providência foi acrescentada a proposta, considerando que uma vez que não haja sanção a legislação se tornaria inócua, não obrigando ou vinculando os proprietários desses estabelecimentos no cumprimento do que está determinado na legislação.

Por fim, acrescentou-se o artigo 5º, considerando a necessidade de regulamentar a proposição quanto a fiscalização dos estabelecimentos, providência esta que deve ter iniciativa do Poder Executivo, uma vez que compete somente a ele nos termos da Constituição do Estado do Paraná (art.66, inciso IV).

As demais alterações foram realizadas para a adequação da proposta, sem que houvesse qualquer alteração na sua essência.



**PARECER DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº
292/13**

Projetos de Lei nº 292/2013

Emenda Substitutiva Geral de Comissão de Defesa do Consumidor

Súmula: Obriga os Postos de Combustíveis a informar se a gasolina comercializada é Formulada ou Refinada.

EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. POSSIBILIDADE. ARTS. 137, §2º E §5º E ART. 141, I, DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Paranhos, obriga os Postos de Combustíveis a informar se a gasolina comercializada é Formulada ou Refinada.

Ocorre que, em data de 26 de novembro de 2013, o presente projeto de lei recebeu Emenda - *Substitutivo Geral* - proposta pela Comissão de Defesa do Consumidor. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.



§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.


§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.


Dessa forma, verifica-se que o Substitutivo Geral apresentado encontra-se em consonância com ditames constitucionais bem como com o §5º do referido artigo, haja vista haver relação direta com o projeto inicial, não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma ser aprovada.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, uma vez obedecido o trâmite legal, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente **Emenda Substitutiva** Geral apresentada pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Sala das Comissões 25 de fevereiro de 2014.


Dep. Nelson Justus
Presidente


Dep. Pr. Edson Praczyk
Relator


Dep. Peixoto
Dep. Coito
APROVADO

2502.14 8


Dep. Lourenço


Dep. Carli


Dep. Thumini


Dep. Taceni


Dep. Neres



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 171/14

Súmula: Revoga o artigo 2º da Lei nº 16.990, de 2011.

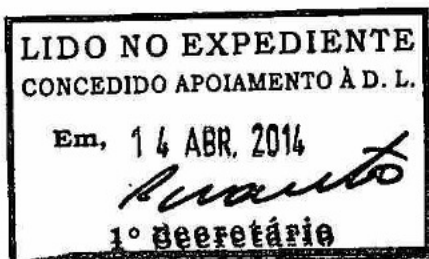
**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica revogado o artigo 2º da Lei nº 16.990, de 05 de dezembro de 2011.

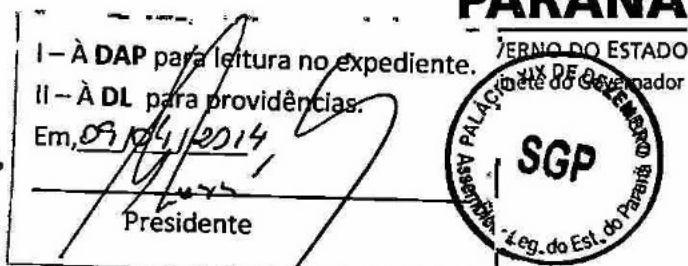
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



PARANÁ



Senhor Presidente,



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva revogar o artigo 2º da Lei nº 16.990, de 05 de dezembro de 2011, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Ibaiti.

A referida Lei tem a seguinte redação:

"Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Ibaiti, de imóvel urbano com área total de 17.635,26 m², situado no Loteamento denominado Jardim Vereador João Edmundo de Carvalho, conforme matrícula nº 13.123, do Registro de Imóveis da Comarca de Ibaiti.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

A Prefeitura Municipal de Ibaiti, através do Ofício nº 584/2013-GP, solicita a revogação do referido artigo 2º porque, inicialmente, aquele Município efetuou a doação do imóvel em questão ao Estado do Paraná, o qual, após não ser utilizado, foi devolvido à municipalidade através da Lei 16.990/2011, porém com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, bem como destinação específica de uso exclusivo para serviço público municipal.

Em assim sendo e havendo necessidade agora de se realizar doação a terceiros a fim de viabilizar programa de interesse social consistente na construção, no imóvel em questão, de sessenta moradias para cidadãos de baixa renda do Programa Habitacional FAR (Fundo de Arrendamento Mercantil), é que submeto à apreciação dessa Casa de Leis o anexo Anteprojeto de Lei propondo revogação do mencionado artigo 2º.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 10.962.289-3



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Por fim, esclareço que, conforme o Ofício nº 678/2014-GP, também daquele executivo municipal, o Município efetuou doação, através da Lei Municipal nº 567/2011, de uma nova área para a edificação da Escola de Profissionalizante, a qual encontra-se em fase final de construção.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO Sistema Estadual de Legislação

Pág. 51

[Pesquisa Rápida](#)[voltar](#)

Exibir Ato

[Página para impressão](#)

Lei 16990 - 05 de Dezembro de 2011

[Alterado](#) [Compilado](#) [Original](#)Publicado no Diário Oficial nº. 8603 de 5 de Dezembro de 2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Ibaiti, do imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Ibaiti, de imóvel urbano com área total de 17.635,26 m², situado no Loteamento denominado Jardim Vereador João Edmundo de Carvalho, conforme matrícula nº 13.123, do Registro de Imóveis da Comarca de Ibaiti.

Art. 2º. O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de dezembro de 2011.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Luiz Eduardo Da Veiga Sebastiani
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

AJB/Prot.nº 10.962.289-3

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguazu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO





PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei nº 171/2014, de autoria do PODER EXECUTIVO que “Revoga o artigo 2º da Lei nº 16.990, de 2011”

RELATOR: DEPUTADO PEDRO LUPION

1. RELATÓRIO.

Trata-se do Projeto de Lei nº 171/2014, de autoria do Poder Executivo que objetiva revogar o artigo 2º da Lei nº 16.990/2011, a qual trata de doação de imóvel ao município de Ibaiti.

Ocorre que a prefeitura de Ibaiti encaminhou expediente ao Poder Executivo, requerendo a revogação do dispositivo que ora pretende revogar, considerando que este imóvel na verdade está retornando ao patrimônio municipal, uma vez que anteriormente a Prefeitura repassou o imóvel ao Estado do Paraná.

Ainda, na oportunidade em que foi elaborada a legislação autorizando a reversão ao município, houve a disposição de inalienabilidade e impenhorabilidade, com destinação específica. Porém, o imóvel será destinado a construção de moradias, por intermédio de Programas de moradia popular e portanto necessita a revogação do dispositivo em apreço.

É o relatório.



2. ANÁLISE E VOTO.

Inicialmente, cumpre-me mencionar a necessidade do presente Projeto de Lei passar pela análise desta Comissão, que por sua vez não se restringe tão somente ao que determina o artigo 33-A¹ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, considerando que o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, permite evitar as arbitrariedades contra os cidadãos e colocam limites ao poder estatal.²

Neste contexto, esta análise é necessária uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Pois bem, desta forma passa-se à análise do PL.

O proponente, inegavelmente, é legítimo para apresentar Projetos de Leis conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65³) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124⁴).

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre os servidores públicos,

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

³ Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

⁴ Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



especialmente, provimento de cargos nos termos dos artigos 66, inciso II e 87, inciso VI, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifo nosso)

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (grifo nosso)

Observa-se do teor da Mensagem que "A Prefeitura Municipal de Ibaiti, através de Ofício nº 584/2013-GP, solicita a revogação do referido artigo 2º porque, inicialmente, aquele Município efetuou doação do imóvel em questão ao estado do Paraná, o qual, após não ser utilizado, foi devolvido à municipalidade através da Lei nº 16.990/2011, porém com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, bem como destinação específica de uso exclusivo para serviço público do municipal.

Em assim, sendo e havendo necessidade agora de se realizar doação a terceiros a fim de viabilizar programa de interesse social consistente na construção, no imóvel em questão, de sessenta moradias para cidadãos de baixa renda do Programa Habitacional FAR (Fundo de Arrendamento Mercantil), é que submeto à apreciação dessa Casa de Leis o anexo Anteprojeto de Lei propondo a revogação do mencionado artigo 2º."

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, , quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

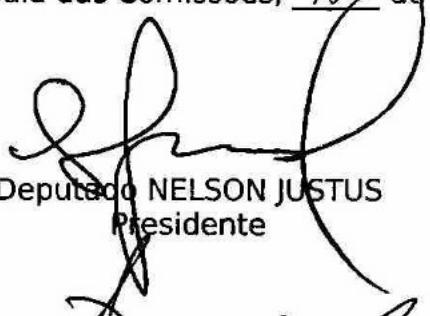
É O VOTO.



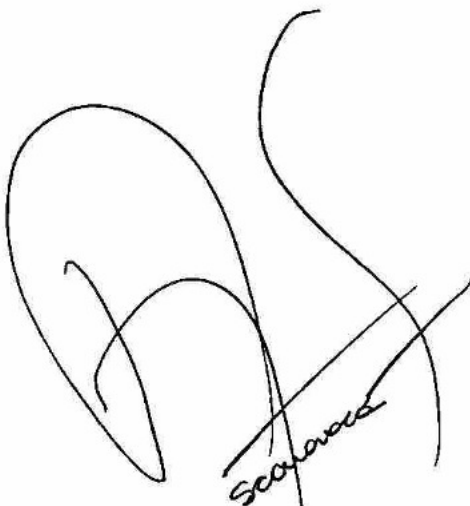
III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 171/2014, de autoria do PODER EXECUTIVO.

Sala das Comissões, 15 de Abril de 2014.



Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator


Dep. Scalapova


Dep. Inácio


Dep. Carlos


Dep. Pericles


Dep. Tadeu


Dep. Pastor

APROVADO

15/04/14



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 171/2014

Projeto de Lei nº 171/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 017/2014

Súmula: Revoga o artigo 2º da Lei nº 16.990 de 2011.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 171/2014**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 017/2014**, objetiva revogar o artigo 2º da Lei nº 16.990 de 05 de dezembro de 2011, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Ibaiti no Estado do Paraná. A alteração elimina o item que cita a cláusula de inalienabilidade, abrindo a possibilidade para utilização deste imóvel para outros fins específicos, trabalhando a abrangência e a necessidade real do município.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 171/2014**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto de lei objetiva beneficiar o município de Ibaiti no Estado do Paraná, com a alteração da lei nº 16.990 de 05 de dezembro de 2011, que fixa em cláusula de inalienabilidade a destinação específica do imóvel para o serviço público municipal. Esta alteração permite que este imóvel possa ser doado a terceiros a fim de viabilizar o programa de interesse social consistente na construção de sessenta moradias para cidadãos de baixa renda do Programa Habitacional FAR (Fundo de Arrecadamento Mercantil), atendendo a uma demanda regional apontada em levantamento pelo Poder Executivo Municipal. Esta alteração na lei existente fortalecerá de forma direta o crescimento regional, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já executada, um trabalho pela continuidade do crescimento regionalizado que atende de forma direta a necessidade específica de toda a população.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 171/2014 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 017/2014 a qual apenas elimina informações que delimitavam a utilização da área doada ao Município de Ibaiti. Neste caso, ganha um mérito indiscutível ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de uso exclusivo ao bem comum de maneira específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 171/2014, no que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Pedro Lupion, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis ao município de Ibaiti, merecendo total apoio desta Comissão.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 171/2014, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 28 de abril de 2014.

FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

Jonas Guimarães

TERUO KATO
Relator

Elton Welter

Tercílio Turini

Pastor Edson Praczyk

PROJETO DE LEI 173/14

Súmula: Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 17.882, de 2013.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 17.882, de 19 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de Uso, ao Município de Guaratuba, de terreno com área de 1.500,51 m², parte de área maior com 36.231,03 m², contendo edificação com 1.331,91 m², na Rua Antônio Rocha esquina com a Rua Nossa Senhora de Lourdes, naquele Município, parte de área maior sob a Matrícula nº 8.333 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Guaratuba."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM
Nº 019/2014

Curitiba, 08 de abril de 2014



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 29/04/2014

Presidente

Senhor Presidente,

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 14 ABR. 2014

1º Secretário

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao artigo 1º da Lei nº 17.882, de 19 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar cessão de imóvel ao Município de Guaratuba, para uso exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde.

O referido dispositivo tem a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de Uso, ao Município de Guaratuba, do imóvel identificado como Lote nº 21 da Quadra nº 432-G, localizado na Rua Antonio Rocha, s/nº, naquele Município, sob a Matrícula nº 37.731 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais."

Com a nova redação ora proposta passará a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de Uso, ao Município de Guaratuba, de terreno com área de 1.500,51 m², parte de área maior com 36.231,03 m², contendo edificação com 1.331,91 m², na Rua Antônio Rocha esquina com a Rua Nossa Senhora de Lourdes, naquele Município, parte de área maior sob a Matrícula nº 8.333 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Guaratuba."

A presente proposta tem por objetivo corrigir equívoco material do referido artigo, uma vez que o imóvel cuja cessão de uso é pretendida pelo Município de Guaratuba é o terreno com área de 1.500,51 m², parte de área maior com 36.231,03 m², contendo edificação com 1.331,91 m², na Rua Antônio Rocha esquina com a Rua Nossa Senhora de Lourdes, naquele Município, parte de área maior sob a Matrícula nº 8.333 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Guaratuba, e não como constou na Lei 17.882, de 2013.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.050.901-4

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:39 14/04/2014 00:1724 DPR ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Pág.

48

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 17882 - 19 de Dezembro de 2013

Alterado Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 9111 de 20 de Dezembro de 2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso do imóvel que especifica ao Município de Guaratuba.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de Uso, ao Município de Guaratuba, do imóvel identificado como Lote nº 21 da Quadra nº 432-G, localizado na Rua Antônio Rocha, s/nº, naquele Município, sob a Matrícula nº 34.731 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais.

Art. 2º. O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde de Guaratuba.

Parágrafo único O imóvel cedido reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no caput do presente artigo.

Art. 3º. A presente cessão terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de dezembro de 2013

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Dinorah Botto Portugal Nogara
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 173/2014

Projeto de Lei nº. 173/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 019/2014

Súmula: Dá nova Redação ao artigo 1º da lei nº. 17.882, de 2013.

EMENTA: DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º DA LEI Nº. 17.882, DE 2013. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade dar nova redação ao artigo 1º da Lei nº. 17.882 de 2003



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Além do mais, o referido assunto aborda **tema de competência privativa do Governador do Estado**, conforme a própria Constituição Estadual determina:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. (grifo nosso)

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(vide ADIN 979-6)

(...)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00 e à Lei Complementar Federal n.º 95/98, o Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



Dep. Perpicon


Dep. Pericles


Dep. Taddei


Dep. Inácio


Dep. Calixto


Dep. Pastor

APROVADO

16104113



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 173/2014

Projeto de Lei nº 173/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 019/2014

Súmula: Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 17.882 de 2013.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 173/2014** de autoria do Poder Executivo, através da **Mensagem 019/2014**, dá nova redação ao Art. 1º da Lei nº 17.882 de 19 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso de imóvel ao Município de Guaratuba-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 173/2014**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Guaratuba no Estado do Paraná, com a alteração de dispositivo da Lei Estadual nº 17.882 de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel ao referido Município. Tal proposição em análise se faz necessária para correção de um erro material de redação do artigo 1º, o qual passa a conter informações corretas e mais precisas em relação ao imóvel cedido ao Município. Este processo apenas facilita a utilização correta deste imóvel, já que em redação anterior o terreno citado não era exatamente o que havia sido cedido pelo Executivo. A divergência de informações poderia comprometer a utilização correta do imóvel, prejudicando até mesmo os trabalhos já realizados no local. A alteração da lei permitirá essa correção dos dados e a utilização da área dentro dos critérios formais, destinando-se para atividades de cunho específico da Secretaria Municipal de Saúde, com benefício único e exclusivo de toda a população.

Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com obras e ações no local que fortalecerão de forma direta o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



crescimento em Guaratuba, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no **Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 173/2014** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 019/2014 a qual apenas corrige informações importantes referentes à área cedida pelo Executivo ao Município de Guaratuba. Neste caso, ganha um mérito indiscutível ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de uso exclusivo ao bem comum de maneira específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 173/2014**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Fernando Scanavaca, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis ao município de Guaratuba, merecendo total apoio desta Comissão.

Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 173/2014**, em sua forma apresentada,

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 28 de abril de 2014.

Jonas Guimarães
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

Elton Welter
TERCÍLIO TURINI
Relator

Teruo Kato
Pastor Edson Praczyk